

Fernando Azevedo, Helena Vieira,
Natália Fernandes e Beatriz Pereira
(Org.)



Estudos da Criança
Diversidade de olhares

Prefácio ¹

O livro que ora se apresenta integra um conjunto de artigos sobre práticas sociais e educacionais das e com crianças, desdobrados em duas partes. Na primeira parte, os artigos incidem sobre as expressões artísticas (artes visuais, música e teatro) e corporais no desenvolvimento infantil e na segunda parte sobre criação textual e comunicação e suas manifestações na infância.

O que há de comum a todos os textos é o facto de se reivindicarem dos Estudos da Criança.

Os Estudos da Criança são a área de estudos inter/multidisciplinares que se desenvolveu nas últimas décadas, erigindo-se como campo científico autónomo, através da criação dos seus referenciais teóricos e metodológicos próprios, da constituição de programas de investigação e formação avançada específicos e da organização de redes de intercâmbio e reconhecimento comum, nomeadamente no quadro de departamentos universitários, associações científicas e protocolos de intercâmbio internacional. Oriundos de investigação produzida no quadro do programa de formação doutoral em Estudos da Criança e editado pelo Centro de Investigação em Estudos da

¹ Sarmiento, M. (2018). Prefácio. In F. Azevedo, H. Vieira, N. Fernandes, N. & B. Pereira (Org.), *Estudos da Criança: Diversidade de olhares* (pp. 5-9). Braga: Centro de Investigação em Estudos da Criança.

Criança, ambos da Universidade do Minho, os textos agora editados são a prova da vitalidade, das capacidades heurísticas e das potencialidades do campo para o conhecimento das crianças e da infância.

Alguns traços identitários do campo científico dos Estudos da Criança são suscetíveis de serem lidos em vários dos textos a seguir apresentados.

Em primeiro lugar a natureza do objeto que o define: as crianças e a infância. Na verdade, este objeto é um *sujeito*. Num duplo sentido: as crianças, enquanto alvo sobre o qual incide o olhar analítico e interpretativo, são *sujeitos sociais*, isto é, dispõem de capacidade de produção de sentido sobre si próprias, os outros e o mundo, e têm suficiente autonomia de ação para as podermos considerar como (co)construtoras dos seus mundos de vida. Não é, por consequência, aceitável a ideia frequentemente não expressa, mas subliminar, de que as crianças não fazem outra coisa senão imitar ou seguir os adultos, as suas regras, as suas imposições e as suas culturas. Elas são, à sua medida, seres autônomos e livres. Mas as crianças são também *sujeitos de conhecimento*, no sentido de que não é dispensável o seu ponto de vista, as suas interpretações e os seus processos simbólicos sobre as suas vidas, para que se possa realizar a “dupla hermenêutica” de que A. Giddens fala para definir o tipo de produção de conhecimento que se realiza nas ciências sociais e humanas. Na verdade, os Estudos da Criança definem-se, precisamente, por proporem interpretações (segundo nível hermenêutico) sobre as interpretações (primeiro nível hermenêutico) que as crianças fazem da sua experiência e com elas conduzem as suas decisões.

Em segundo lugar, os Estudos da Criança são, por definição, inter/multidisciplinares. O âmbito de maior ou menor cruzamento de saberes provenientes de diferentes disciplinas científicas e o seu diálogo interno, mais inclusivo e profundo ou mais caracterizado pela colocação em paralelo de construtos e teorias de origens disciplinares distintas, faz acentuar o prato da balança para uma ciência mais abertamente interdisciplinar, ou, como de resto é mais habitual, para enfoques multidisciplinares de aspetos de vida das crianças. Em qualquer dos casos, não se pode considerar como próprio dos Estudos da Criança aquilo que é o trabalho científico mais tradicional de disciplinas que há mais tempo se ocupam do conhecimento sobre aspetos da vida das crianças e dos seus contextos, como é o caso da Psicologia do Desenvolvimento, da Pediatria ou das Ciências da Educação, entre outros.

De modo idêntico, e ainda por referência à primeira característica distintiva dos Estudos da Criança, não é aceitável – nem é, aliás, internacionalmente reconhecida – a inclusão neste campo das investigações que se ocupam exclusivamente de aspetos inerentes à ação das instituições (escolas, famílias, centros de acolhimento, etc.) e dos atores adultos (professores, técnicos de intervenção social, agentes culturais) que atuam nos mundos de vida das crianças, mas que fazem economia das suas percepções, representações e ações, que ignoram a sua voz e que as focalizam como destinatários (mais ou menos) passivos da ação adulta.

Finalmente, e em terceiro lugar, os Estudos da Criança caracterizam-se, também, pela elaboração de construtos próprios, capazes de dar conta do seu modo específico de produzir conhecimento relevante sobre as crianças e a infância. É o caso, por exemplo, do conceito de “culturas da infância”, inicialmente

originado na Antropologia Cultural, mas retomado pela Psicologia no âmbito do estudo das interações de pares, e reposicionado pela Sociologia da Infância no quadro dos processos interativos de produção de fios de significação pelas crianças. Com *culturas de infância* definem-se os processos simbólicos com que as crianças, a partir das suas relações intra e intergeracionais, atribuem sentido aos seus mundos de vida, os quais tendem a cristalizar-se em jogos, brincadeiras, expressões verbais, rituais, narrativas, formas visuais e outros elementos materiais e imateriais, autónomos em relação aos adultos, e transmitidos nas relações de pares. A fortuna deste construto é que permite, uma vez mais a partir de um enfoque interdisciplinar, compreender as crianças também como sujeitos de cultura e não como meros reprodutores das culturas sociais onde estão emersas.

Finalmente, os Estudos da Criança apresentam comumente uma orientação pro-infância que, se não “contamina” com um viés parcelar a pretensão de produzir um conhecimento válido e aberto à verificação e “falsificabilidade” das suas conclusões, preenche a exigência da relevância no conhecimento da infância e o seu contributo, precisamente pelo lado do conhecimento, para uma sociedade mais respeitadora dos direitos da criança. O reconhecimento dos direitos da criança, da educação à saúde, da proteção contra o risco à identidade pessoal, do lazer à participação, etc., é inerente à produção científica de um campo de conhecimento que, precisamente, reconhece as crianças como *sujeitos de direitos*.

Os textos deste livro delineiam vários percursos de pesquisa sobre estas linhas definitórias dos Estudos da Criança. De modo mais assertivo ou mais titubeante, de uma forma vincadamente assumida no interior do campo ou nas fronteiras

entre a disciplinaridade de proveniência da formação de alguns autores ou a coragem da transgressão interdisciplinar, todos os textos nos permitem conhecer melhor as crianças e qualificar o trabalho pedagógico, educacional e social com elas e nos seus contextos de vida. Como todos os livros, a realização da sua promessa de um conhecimento mais aferido para uma intervenção mais adequada só se pode consumir na leitura e na utilização que os leitores façam das suas propostas teóricas e práticas.

Manuel Jacinto Sarmiento